





Linguística escreve-se com A

A perspetiva de género nas ideias sobre a linguagem

Teresa Moure



ATR^AVÉS
das ideias



Linguística escreve-se com A

1ª edição, fevereiro 2022

© Teresa Moure

Associação Galega da Língua
Santiago de Compostela (Galiza)
atraves@a.gal

www.atraves-editora.com

ISBN: 978-84-16545-67-4

Depósito legal: C 253-2022

Coordenação: Teresa Crisanta V. Pilhado

Capa: Miguel Durán

Ilustração da capa: Andrea López (www.andrealopezalvarez.blogspot.com)

Diagramação: Teresa Crisanta V. Pilhado

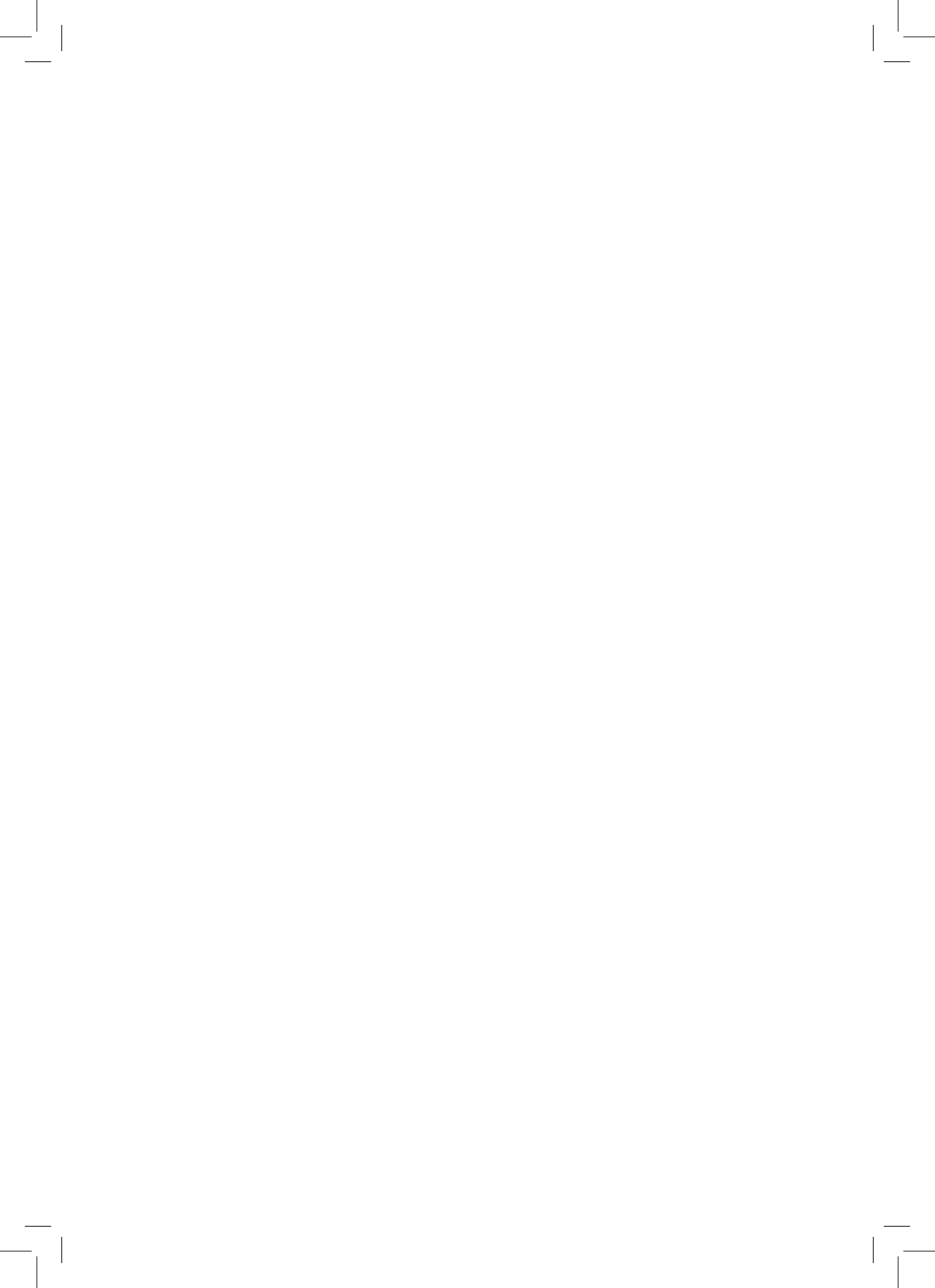
Revisão: Valentim Fagim, Joana Palha

Imprime: Sacauntos Cooperativa Gráfica

Este livro está escrito numa variedade galega do português.

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.





Parte I

Uma hipótese construída sobre a suspeita

1. Por uma Linguística com perspectiva de gênero

- 1.1. O saber também tem memória 13
- 1.2. Elas, fora da história: esquecidas, apagadas e silenciadas 16
- 1.3. Linguística, uma ciência sem elas 19
- 1.4 Referências bibliográficas 22

2. Uma ausência absoluta?

- 2.1. Elas falam: narrativas autobiográficas contemporâneas 25
- 2.2. Mulheres lidas por mulheres 35
- 2.3. Os trilhos da discriminação 38
- 2.4. Ainda menos do que linguistas: mulheres com ofícios relacionados com a linguagem 43
- 2.5. Algumas leituras sobre Linguística feminista e outras referências básicas 45

3. Ofícios linguísticos com protagonismo feminino: a criptografia

- 3.1. As ideias invisíveis 47
- 3.2. Criptografia lilás: as *Code girls* 51
- 3.3. O enfoque coletivo frente ao enfoque das *grandes mulheres* 55
- 3.4. Linguística no feminino: a intuição 60
- 3.5. Algumas leituras para uma interpretação feminista da criptografia 67

Parte II

Tradições de gênero nas margens: a Linguística feminista

4. Tradutoras: da invisibilidade à presença incômoda

- 4.1. O mais invisível dos ofícios linguísticos 71
- 4.2. Para uma genealogia feminista da tradução 77
- 4.3. A convulsão da teoria: a escola feminista de tradução quebequense 86
- 4.4. Manipulação e qualidade da tradução: uma questão de lealdades 94
- 4.5. Linguística no feminino: A transgressão 100
- 4.6. Algumas leituras para uma interpretação feminista da Tradução 103

5. Primatologistas e outras mulheres que falam com símios

- 5.1. A Primatologia, um campo feminizado? *105*
- 5.2. Definindo os limites do humano *110*
- 5.3. Projetos de comunicação entre espécies:
seres humanos que falam com símios (e símios que respondem) *114*
- 5.4. Sue Savage-Rumbaugh e o seu legado: uma leitura feminista *120*
- 5.5. Linguística no feminino:
a sombra do machismo na investigação científica *129*
- 5.6. Algumas leituras para uma interpretação feminista sobre os projetos de
linguagem humana em primatas *138*

6. Tecendo fios entre o Outro e a própria vida: as antropólogas

- 6.1. Filhas de “Papá Franz” *141*
- 6.2. Pondo o género debaixo do foco *153*
 - 6.2.1. A cegueira de uma Antropologia sem género *153*
 - 6.2.2. Mulheres no topo e sexismo: o caso de Margaret Mead *156*
 - 6.2.3. A negligência de esquecer o veio empírico:
o caso de Gladys Reichard *163*
- 6.3. Outra vez caçadores e recoletoras? *166*
- 6.4. Linguística no feminino: o ponto de vista íntimo *174*
- 6.5. Algumas leituras para uma interpretação feminista do legado linguístico
das antropólogas *178*

7. Quando na Gramática cresceram os acidentes: as sociolinguistas feministas

- 7.1. Uma guerra contra os gramáticos *181*
- 7.2. As práticas depurativas do feminismo *185*
- 7.3. A irrupção do género: um ativismo social com agenda própria *191*
 - 7.3.1. Porque é que Robin Lakoff ficou tão chateada? *191*
 - 7.3.2. Inventando línguas novas: o feminismo radical *196*
 - 7.3.3. Elas sempre foram tagarelas: os estudos sobre a conversa *202*
- 7.4. Um debate tão vigente quanto silenciado *206*
- 7.5. Linguística no feminino: a rebeldia *213*
- 7.6. Algumas leituras sobre Sociolinguística feminista
e outras referências básicas *219*

8. Um passeio com Humpty Dumpty: as filósofas da higiene

- 8.1. O grande vazio da Filosofia da linguagem 223
- 8.2. Para além da correção política: o movimento a favor da higiene verbal 227
- 8.3. E chegou Judith Butler para fazer limpezas 233
- 8.4. Linguística intercultural como Filosofia da linguagem 237
 - 8.4.1. Integração de minorias ou crítica da razão ocidental? 238
 - 8.4.2. A negação do Outro e o assassinato das suas línguas 243
 - 8.4.3. A linguística intercultural/ecológica como Filosofia da linguagem (renovada) 248
- 8.5. Linguística no feminino: as novas regras do jogo 251
- 8.6. Algumas leituras para uma Filosofia da linguagem com orientação de género 256

Parte III

Possibilidades de reescrever a história

9. A vida íntima das linguistas

- 9.1. Deuses que sempre defraudam 261
- 9.2. Amantes e outros assuntos dos quais conviria não falar, ou talvez sim 265
- 9.3. Senhoras de 271
 - 9.3.1. O perfil da companheira-colaboradora: María Goyri 273
 - 9.3.2. O perfil da companheira-rival: Carol Schatz [Chomsky] 276
 - 9.3.3. O perfil da companheira-influência: Shirley Orlinoff [Hockett] 279
- 9.4. Para onde é que foram as discípulas? 283
- 9.5. Sem mentores nem tutelas: María Moliner 286
- 9.6. Vida quotidiana e perfis coletivos 290
- 9.7. Algumas leituras para uma interpretação feminista da vida quotidiana 294

10. Se um olhar lilás percorresse a história

- 10.1. Porque é que a perspetiva de género acrescenta qualquer coisa que não estava? 297
- 10.2. O que Pandora meteu na caixa e outras sugestões para continuar 301
- 10.3. O ponto de vista da multidão 305
- 10.4. De ofício, rastejadora (tão referencial quanto um homem) 309
- 10.5. Agradecimentos 311

Anexo I: Listagem de mulheres linguistas na Wikipédia *313*

Anexo II: Listagem de linguistas e mulheres mencionadas com vínculos a ideias ou ofícios linguísticos *319*

PARTE I.
UMA HIPÓTESE
CONSTRUÍDA
SOBRE A SUSPEITA



1. POR UMA LINGUÍSTICA COM PERSPETIVA DE GÉNERO

1.1. O SABER

TAMBÉM TEM MEMÓRIA

Nas sociedades contemporâneas o conceito de *memória histórica* parece estar bem instalado. A expressão, ligeiramente reiterativa ao se construir sobre dois termos sinónimos, alude à restituição da dignidade das pessoas vencidas em situações de conflito. É uma reinterpretação dos factos à luz da política e da justiça. A sua dimensão e alcance são diferentes na Alemanha posterior à Segunda Guerra Mundial, nos países surgidos após a queda da União Soviética ou na Espanha que desenterra um ditador falecido há quatro décadas e discute onde pode depositar os restos sem exaltar o seu legado ideológico. É verdade que o conceito alimenta às vezes atos inesperados, na destruição de monumentos emblemáticos de um regime anterior ou nas tentativas de renomear os espaços uma e outra vez, como na revisão contínua que afetou a cidade de São Petersburgo. Cabem lá dentro muitos efeitos diversos. Em todos os casos, no entanto, a memória histórica intervém para cicatrizar feridas abertas. O debate público que habitualmente se abre está a invocar outra história, diferente da canónica. Sem memória não somos nada. Sabemos isso por pura questão biográfica. Sabemos isso quando um membro do nosso círculo de afetos padece de Alzheimer e começa a esquecer tudo: a memória é a chave da nossa existência, individual e coletiva.

Antes que a telefonia colocar nas nossas mãos a capacidade de passarmos o tempo a tirar selfies, as gerações passadas retratavam-se em ocasiões especiais: a partida para a guerra ou para o serviço militar, no caso dos homens; o casamento ou em determinada reunião familiar ou de grupo. Queriam rememorar um momento importante. A palavra *recordar* inclui o latim *cor*, ‘coração’, e o prefixo *re-*, ‘duas vezes’. Recordar é passar duas vezes pelo coração: a original – digamos, esse momento em que o retrato é feito – e a outra, a dedicada à contemplação do que antes foi e do que

agora é. Implica uma certa nostalgia pelo passado, visto que queremos confrontar quem somos com o que fomos e, sendo possível, reconciliar-nos com o próprio *eu*. A memória tem qualquer coisa de reconciliação; é uma forma de sermos no tempo.

Poderíamos diferenciar, neste sentido, uma memória coletiva – a mais estudada pela História clássica, com as suas listas de reis, de episódios solenes, de guerras – e uma memória privada. Importa notar que esta, repleta, com certeza, de pormenores recônditos, também estará composta de incidentes partilhados com outros seres humanos. Não é por ser própria que a memória das nossas vidas é absolutamente individual: oferecemo-nos, às vezes para nosso pesar, à contemplação nos olhos do outro. Na memória sou vista. E analisada.

O retrato consegue o seu maior esplendor com o surgimento da fotografia: já não podemos culpar o pintor daquele detalhe que nos desfavorece. A fotografia chegou para tirar retratos objetivos. E a intenção da objetividade condiciona sempre a história e a biografia. Daí que as gerações que nos precederam, as prévias à atual era narcisista da *selfie*, se adornassem bastante para tirar fotos: escolhiam a melhor roupa, penteavam-se com esmero e posavam. Num ensaio de grande profundidade poética, John Berger (1982) analisava fotografias pessoais de figuras anónimas: mineiros, obreiras, grupos de aldeões e destacava como ficavam tremendamente sérios perante a câmara. O retrato acompanhava-se da solenidade especial de quem estava a olhar para o futuro.

As fotos interessam especialmente quando vamos falar de mulheres porque, durante séculos, foram as guardiãs da memória familiar. Eram elas que conservavam os escassos retratos; também as tranças de cabelo que as raparigas cortavam ou os dentes que caíam às crianças. As mulheres zelavam por aqueles objetos sem valor monetário, apenas sentimental, numa luta pavorosa contra o relógio. Ao cuidarem destes pertences através do tempo, comportavam-se como artistas da memória. Por isso, por terem sido sacerdotisas da história, é particularmente revelador que tenhamos tão fraca memória delas. Ficaram fora do relato oficial: esquecidas, apagadas e silenciadas. Essa também é uma forma de violência infligida contra as mulheres.

Como todos os saberes académicos, a Historiografia é um relato de poder. Ou, propriamente falando, durante muito tempo foi um relato de poder. É o que dizemos quando exclamamos que os vencedores contam a história, não os vencidos. Hoje a disciplina tenta corrigir esse desvio da sua tarefa inicial num movimento de resposta em boa medida devido à crítica feroz que o feminismo lhe dirigiu. Nos países anglo-saxões as feministas fizeram uma brincadeira: tomaram a palavra *history* e substituíram-na por *herstory*. Era um jogo punk, um desses jogos que os comentaristas dos jornais, empenhados em colocar sentido comum acima da sensibilidade, criticariam. *History* em inglês é um empréstimo do latim, mas, do ponto de vista dum falante nativo podia ser reanalisado em *his*, o possessivo masculino, e *story*. *History* era a sua história, a dele. E agora, propunham, deveria fazer-se uma *herstory*, uma história dela. A falsa etimologia, que o feminismo utilizava provocadoramente, era pura ironia para ridicularizar aquela história concebida à volta das batalhas, dos assuntos dos grandes senhores que excluía quase toda a humanidade como protagonista. As vozes subalternas – as doutras classes, etnias ou géneros – estavam a reivindicar o direito de aparecerem na foto da história. E, embora chovessem críticas contra o atrevimento das feministas, o curioso é que paralelamente a esta reivindicação foram surgindo estudos históricos da vida quotidiana, atentos a episódios minúsculos, que iluminaram uma nova forma de escrever a memória coletiva.

Os campos de conhecimento também têm a sua própria história. Às vezes olham para ela com condescendência – quando a Medicina lembra as sangrias que supostamente equilibrariam os humores –; outras com suma veneração – quando a Filosofia parece querer remeter tudo para os ditados de Aristóteles –. Como no caso da História da humanidade, a Historiografia, tanto como a história dos campos de conhecimento, tende a ser parcial e elitista. Seleciona os factos que se devem recordar no que diz respeito aos temas que hoje parecem vigorosos e, escudando-se na dificuldade de arquivar e documentar todos os episódios, elimina o que pensa conveniente. Poderia já assomar-se, antes de mais, uma correta panorâmica de qualquer disciplina, de modo complementar, à história quotidiana. Se fôssemos falar de Linguística, por exemplo, o que saberíamos sobre o

modo como se forjaram as ideias sobre as línguas? O que sabemos sobre os relacionamentos pessoais dos seus protagonistas; sobre rivalidades, amores e desamores? O que sabemos das condições materiais em que se gesta, progride ou se difunde uma determinada conceção sobre a linguagem? Tais perguntas poderiam justificar um percurso detido. Exigiriam o registo dos erros, as ideias atrapalhadas ou os desatinos até construir o paralelo do relato formal da disciplina. Este poderia perfeitamente ser o que está presente nestas páginas, sendo provável que nos debrucemos sobre veios alternativos, constituídos por ideias “menores”, mas, sobretudo, pela panorâmica das ideias sobre a linguagem que exige solucionar um erro: o da exclusão.

1.2. ELAS, FORA DA HISTÓRIA:

ESQUECIDAS, APAGADAS E SILENCIADAS

Nos últimos anos, os Estudos de Género, uma novidade das universidades norte-americanas há algumas décadas, consolidaram o seu campo de trabalho difundindo, entre outras, a ideia das mulheres sofrerem um apagamento da história do conhecimento. A hipótese foi interessante e provocadora. Não se tratava de enunciar o conhecido fator social da desigualdade, mas perseguir um objetivo um pouco mais sofisticado: explicar o modo como se realizou um plano de ocultação.

Habitualmente, ao analisarmos a história, aceitamos que as mulheres tiveram e têm no mundo menores oportunidades de bem-estar, de satisfação e de escolha. De modo evidente, até períodos muito recentes, tiveram escassa formação. Com esta lógica sociológica, que pretende ser a favor delas, na verdade pode-se estar a legitimar que as mulheres sejam apagadas da História das diversas disciplinas: apenas ocupadas com o trabalho doméstico, não teriam feito nada sinalizado na esfera pública. Tal formulação é simplista. Esquece que quando, a partir da Revolução Francesa, as sociedades europeias arvoram a liberdade, a igualdade e a fraternidade – mesmo com todas as cautelas que quisermos dar aos tais ideais daquela formulação –, uma série de acontecimentos foram assegurados que para as coisas ficassem exatamente iguais ao que sempre

tinham sido. No imaginário contemporâneo, no imaginário popular atual, as avós, como as mulheres do século XIX, as da Idade Média, as da antiguidade; todas, ao longo da história e nas diferentes comunidades parecem estar reclusas no território doméstico. O masculino genérico instituído nas línguas românicas por instâncias de poder contribuiu decisivamente para divulgar esta mentira. Dizemos *os gregos, os vikingues, os aborígenes americanos*, em masculino, e o que nos vem imediatamente à cabeça é a imagem dum homem com saia e sandálias, no caso dos gregos; dum homem de capacete adornado com cornos, no caso dos vikingues, e dum homem com penas na cabeça e a cara pintada, no caso dos indígenas americanos. São imagens estereotipadas e nem sempre com base fidedigna, mas o importante é que elas nunca são vistas. Não estão na nossa foto mental. Esta ausência resulta, entre outros fatores, do uso continuado desse mecanismo gramatical, determinando que todas elas fiquem identificadas como se em quaisquer épocas e geografias tivessem vivido exatamente do mesmo modo. Quando praticamos a higiene verbal de falarmos no feminino não pretendemos pôr tudo às avessas, nem gritar que agora é o momento de as mulheres exercerem o poder, também não seguir as palavras de ordem de um grupo organizado; o que praticamos é uma escrupulosa análise do discurso, que condiz com uma determinada visão da história. Nessa visão é necessária a formulação de algumas perguntas: onde é que elas estavam? Porque é que não sabemos, por exemplo, como viviam as camponesas do século XVI no norte da Europa ou se o faziam numa forma diferente às africanas? Porque é que não conhecemos nomes de pintoras, de escultoras, de cientistas, de filósofas? Algumas existiram e foram apagadas da memória coletiva, mas porquê?

Como qualquer outro programa de investigação minimamente elaborado, os Estudos feministas e de género avançam em camadas. Na primeira envoltura, na mais superficial, aceitava-se a que venho chamando de *hipótese sociológica*: as mulheres enfrentariam a proibição explícita do estudo e a obrigação de servir a família ou a comunidade como criadas carinhosas, frequentemente convictas de esta ser a sua verdadeira e única função no mundo. Porém, num segundo movimento desenvolvendo vieram à tona algumas vozes prontas a formular visões alternativas, como a de que sempre houve mulheres na história de qualquer atividade humana. Uma revisão atenta da História

da Arte, por exemplo, revelará a partir dos trabalhos de Linda Nochlin (1971), a existência de notáveis mulheres artistas em todos os períodos. E algo semelhante sucederia no percurso doutras disciplinas ocupadas das mais diversas atividades intelectuais. Se os resultados dessa dedicação feminina não foram tão profundos, tão amplos ou bem sucedidos, a causa tinha de ser buscada noutra sítio. A ideia de líder, fora do âmbito político ou militar onde é óbvia, impregna as artes – com os seus génios, sempre masculinos – ou as letras e as ciências – com os seus vultos, também masculinos, que devem ser reconhecidos em vida e valorizados *post mortem* –. Como contrapeso, os trabalhos das últimas décadas destinaram-se fundamentalmente a recuperar figuras femininas esquecidas ou ignoradas; é a versão da *história no feminino*. A tarefa desenvolvida nesta direção é imensa: os seres humanos não conservam memória de nomes pensados como pouco interessantes e nunca documentam o grosso da humanidade, que simplesmente perece sem deixar legado. O facto desta aproximação ser interessante e justa, no sentido de restituir a glória a quem não a teve, não esgota, ainda, as possibilidades de uma aproximação com perspetiva de género. Neste caso preferiremos dirigir a nossa atenção a coletivos inteiros silenciados.

Podemos construir uma história da Matemática sem incluir nomes de mulheres e provavelmente nada sucederá: prova disso é a maioria dos manuais não conter nenhuma, continuando a serem dados como válidos. Numa formulação tão simplista quanto habitual nos meios académicos e universitários, a pessoa que forma outras como especialistas num determinado campo está restrita pela brevidade dos tempos. Os programas são amplos de mais e já temos bastante ao dispor se atendermos às ideias fundamentais para nos determos em leituras oblíquas de muita informação. Continuando com o exemplo, uma história da Matemática no feminino pode resgatar algumas dessas vozes negligenciadas sempre que admita deixar imensos lapsos temporais e espaciais entre uma Maria matemática e outra Maria matemática e, o que é ainda pior, o resultado será uma curiosidade, um livro para contentar a “tendência na moda” desta época que para muitos se concede dando excessiva importância ao sexo ou ao género – categorias que, do ponto de vista da posição dominante, carecem de interesse intrínseco –. Porém, o estudo do paradoxo do género poderia

produzir conclusões relevantes no caso – apenas uma hipótese – de podermos demonstrar que essas vozes secundarizadas se ocuparam, precisamente, das margens da disciplina. Já não estaríamos a desenhar uma história no feminino, mas uma versão crítica da histórica precedente e o problema não seria ter excluído determinadas mulheres na sua dimensão individual, mas ter considerado insignificante todo um coletivo.

Whitney Chadwick (1990), também estudiosa da arte como Nochlin, assegura que muitas mulheres viveram da pintura em todas as épocas. Tinham perícia, desfrutavam de reconhecimento e as suas obras eram compradas. Porém, como os materiais eram caros, as mulheres, menos consideradas do que os pais ou os maridos nos ateliês artísticos, recebiam óleos e lenços de qualidade inferior e em quantidades reduzidas. Com essa precariedade, não podiam pintar os grandes temas mitológicos ou as batalhas e retratos de reis que deram fama aos seus companheiros. Tinham de se limitar a flores e pequenas naturezas mortas. Mais tarde, a sua obra seria reinterpretada como menos destacada; e também como indicativa da sua “delicadeza feminina”. Não era delicadeza; era escassez material e simbólica.

A partir das perguntas formuladas por Linda Nochlin sobre a inexistência de génios femininos, ou da documentada revisão das artes pictóricas e visuais de Whitney Chadwick, a denúncia é uma prática comum nos Estudos de género esclarecendo em termos quantitativos e afirmando, ao estilo das Guerrilla Girls, que tal ou qual manual de História da Arte apenas regista 2% ou 3% de nomes femininos, enquanto 98% dos nus nos museus são de corpos de mulher. Mas esta indagação pode ainda desvendar maiores surpresas dependendo do patamar em que nos situamos.

1.3. LINGUÍSTICA,

UMA CIÊNCIA SEM ELAS

Os manuais de Historiografia linguística que usamos no século XXI não incluem nenhum nome feminino. Nenhum. É surpreendente porque esta é uma disciplina jovem, cujo nascimento tende a situar-se por volta de 1916 com a publicação do *Cours de Linguistique générale* de Ferdinand de Saussure.

Embora a data seja, como todas, controversa – não seria disparatado recuar ao seu nascimento com diferentes justificações –, podemos certamente afirmar que estamos perante um perfil de estudo nascido exatamente quando, no Ocidente, as mulheres acedem primeiramente à instrução superior. É verdade que a tímida feminização das universidades foi nos começos do século XX, sendo também imparável. Nas décadas seguintes, à medida que as modas intelectuais e alguns processos externos prestigiavam as ciências naturais e a tecnologia como o topo do conhecimento, as mulheres tenderam a mostrar a sua preferência pelos estudos humanísticos. Assim como as mulheres de determinada posição social conseguiram durante séculos um grau de distinção, no sentido de Bourdieu (1979), a partir de conhecimentos de economia doméstica, piano ou outro instrumento musical e um certo domínio do francês, várias gerações de mulheres conseguiram no passado século aceder a um espaço social com um lugar próprio nos estudos de Humanidades – que chegam a ser evocados às vezes como um lugar propício para encontrar marido –. Seria de imaginar que muitas delas tivessem escolhido a Linguística. Filólogas, professoras de idiomas, tradutoras fazem parte do vago catálogo das mulheres consideradas instruídas e, nesse contexto, como é que nenhuma delas consegue visibilidade como tal nos manuais que pretendem apresentar o percurso da disciplina? Acaso nenhuma delas foi boa o suficiente?

Se aceitarmos a explicação que Anna Caballé (2004) utiliza para a Literatura, as mulheres tendem na sua maioria para a substituição. Assim, embora alguns nomes de escritoras surjam num manual de literatura ou numa antologia, assim que falecem perdem o seu posto de destaque. Estão cotadas, como se fossem idênticas, todas representando a mesma coisa e silenciadas logo depois de cumprirem a sua missão de figurantes. A argumentação é também plausível noutros âmbitos, visto que um mecanismo ideológico profundamente patriarcal impregnou e impregna ainda o labor das ciências. Importa corrigi-lo. Importa que a equipa docente de qualquer matéria tente citar personalidades femininas que podem ser a referência das suas alunas e assim contornar tanta exclusão. A ideia de lecionarmos qualquer disciplina ou de fazer história da humanidade sem incluirmos as mulheres não é justa,

evidentemente. Mas não se trata, não só, dum problema ético. É também um problema fundamental para a Historiografia que, no século XXI, não pode continuar a conformar-se em ser a história do poder. Porque faltaria ao seu princípio de compor uma memória fiel do sucedido.

Recentemente foram-se iniciando alguns movimentos neste sentido. Uma equipa internacional, coordenada pelas professoras da Universidade de Cambridge Wendy Ayres-Bennett e Helena Sanson e onde também participa a professora da Universidade de Córdoba María Luisa Calero Vaquero, trata de recuperar figuras de linguistas esquecidas. Sob o seu auspício, a Royal Society de Londres organizou em 2016 o congresso *Distant and Neglected Voices: Women in the History of Linguistics*, incorporando a herança feminina na Historiografia linguística oficial¹. Como já foi indicado, este estilo de iniciativas que recupera vozes, correspondentes com a hipótese da história no feminino, compõem uma via de trabalho urgente, destinada a uma restituição necessária. Porém, uma Linguística com perspectiva de género é um território realmente amplo, susceptível a receber diversos enfoques.

O objetivo do presente trabalho não é tanto fazer uma crónica de linguistas esquecidas quanto refletir sobre as causas da discriminação num campo com muitas cultivadoras. A meio caminho entre a investigação e a divulgação, a sua leitura não exige estar-se atualizado sobre a Linguística atual. É uma revisão de tendências, escolas ou conceitos que envolvem o pensamento contemporâneo e que em muitos casos tiveram impacto em diferentes saberes. Inclui transferir o conhecimento linguístico ou filosófico para a sociedade, para as artes e para as vidas e, desses ambientes, devolvê-lo à disciplina convenientemente decantado. Pretende juntar o rigor necessário para revisar as ideias sobre a linguagem com a suspeita de que muitas delas tenham sido frágeis ou, simplesmente, cozinhadas com as técnicas oportunas nos ambientes adequados. A nossa hipótese não é nem sociológica nem resgata figuras e, aliás, poderia ser formulada nos termos de: *género e posicionamentos subalternos na panorâmica das ideias linguísticas*. Inclui trabalhar a história da disciplina ordenando as ideias, as mentalidades, as influências, os fatores humanos e sociais que deveriam entrelaçar-se para explicar a consideração

¹<https://www.thebritishacademy.ac.uk/events/distant-and-neglected-voices-women-history-linguistics/>, consultado 4/10/19.

marginal de certos sujeitos e de determinadas temáticas. E poderia ser exportável para outros campos de conhecimento.

Partimos, por exemplo, da noção de que a Linguística é absolutamente masculina e, em simultâneo, profundamente eurocêntrica. As línguas, contudo, não exigiam grandes investimentos para o seu estudo, como o lenço da pintura ou os laboratórios de química, de modo que sociologicamente até seria esperável que tivesse bastantes cultivadoras. Sendo muitas, o lógico é que alguma delas terminasse por ser ilustre. De facto, hoje, quando pretendemos evitar a fenda de género na educação falamos da necessidade das estudantes se inscreverem em engenharias, aceitando implicitamente que não é necessário convencê-las a entrar nas faculdades de Filologia, Letras, Humanidades ou Tradução, simplesmente porque já o fazem. Num sentido parcialmente diferente, o perfil chamado de Linguística geral nasceu com o objetivo abrangente de estudar todas as línguas humanas e, no entanto, continuou e continua a praticar esquemas – no ensino de segundas línguas, nas políticas linguísticas das sociedades pós-coloniais, na omnipresente aceitação do inglês como língua internacional – marcadamente eurocêntricos. A hipótese tenciona orientar-se pelas bermas da linguística, esquadrinhando se as mulheres, sujeitas a pouco foco, e os temas periféricos se relacionam.

O resultado sem dúvida será também reivindicativo do papel das mulheres nesta disciplina, como em todas. Mas, sobretudo, pretende servir de base para indagar a primazia do estilo de ideias que foram reformuladas, de modo que a crítica volte sobre o objeto de estudo e sirva para o rever, desestabilizando-o.

1.4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Berger, J. (1982): *Another Way of Telling*, London, Alfred A. Knopf. Fotografias de Jean Mohr.
- Bourdieu, P. (1979): *La distinction. Critique sociale du jugement*, Paris, Les éditions de Minuit.
- Breyfogle, Donna (1991): “Women in the History of Linguistics”, in H. C. Wolfart, ed., *Linguistic Studies Presented to John L. Finlay. Memoir 8: Algonquian*

- and Iroquian Linguistics*, Winnipeg-Manitoba, Algonquian and Iroquian Linguistics, 1991, 91-112.
- Caballé, Anna, dir. (2004): *La vida escrita por las mujeres*, Barcelona, Lumen, 4 vols.
- Chadwick, Whitney (1990): *Women, Art and Society*, Thames and Hudson
- Nochlin, Linda (1971): "Why Have There Been No Great Women Artists?", *Art News* 69, 22-39.